

PERSPECTIVAS DE TRABALHO-EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS: INDICATIVOS DE UMA EDUCAÇÃO NECESSÁRIA

Rita de Cássia Fraga Machado – UFRGS

Eixo 5: Trabalho-educação e a formação dos trabalhadores

Resumo: Este texto, uma análise parcial de uma pesquisa de doutorado – em andamento, procura refletir sobre as perspectivas de trabalho-educação à luz dos trabalhadores desempregados do Movimento dos Trabalhadores Desempregados- MTD. Pretende também, a saber, destacar fundamentações teóricas- metodológicas que orientam o fazer da educação e do trabalho deste coletivo de mulheres, nos processos de produção e educação. Procura perceber quais concepções de ser humano, sociedade e educação. A proposta deste texto, pretende analisar e enunciar a seguinte pergunta? Que fundamentos teóricos metodológicos são necessários aos processos educativos (envolvendo o trabalho como princípio educativo) desenvolvidos pelo MTD? É em torno destas questões que ensaiamos a pergunta: que educação se faz necessária?

Palavra-Chaves: Formação; Educação – Trabalho; Movimento Social

1 Trabalho-Educação: implicações na formação do homem

O essencial para todos os processos educativos está na incessante e incansável busca-luta do “ser mais” (FREIRE, 1979). Partimos daí, e dos resultados da pesquisa de campo com trabalhadores desempregados organizados em movimento social, para construirmos nossa reflexão sobre os indicativos teóricos e práticos para a elaboração de uma proposta de formação no contexto do “desemprego histórico” (MACHADO, 2009).

No contexto da pesquisa não falamos de sujeitos que perderam seus empregos no processo de intensificação em massa do desemprego em 1990, nem de operários demitidos de suas fábricas, não estamos falando de empregados em situação de desemprego com perspectiva de arrumar emprego (desempregados clássicos). Estamos falando de sujeitos historicamente desprovido de qualquer segurança social e que neste contexto histórico sentem um aprofundamento de sua condição de *sub-desempregado*, estamos falando de homens e mulheres *oprimidos* oriundos de trabalho informais e precários, oriundos de um lugar do trabalho sub-explorado. (MACHADO, 2009, p. 16, grifos da autora).

Segundo Ribeiro (2001, p. 58),

O desemprego, por sua vez, permite ao estado readequar-se aos novos interesses do capital que, sob nova correlação de forças, define o “trabalhador flexível” como aquele que está desatrelado dos “direitos sociais”, considerados apenas como custos que oneram a produção, e (re) define o estado social como financiador das necessidades tecnológicas e de competitividade do capital.

O emprego é definido com um meio de garantir as condições materiais da vida, e também o acesso a outros bens como, por exemplo, a habitação, a cultura letrada, a comida, etc. O que acontece, portanto, é que o capitalismo nega essa condição de trabalho, nega aquilo que ele transformou em fetichizado¹, alienado, e assalariado. O que era para ser a humanização do ser humano converte-se em desumanização.

Segundo Marx,

para o trabalhador, o trabalho produtivo², como para qualquer outro, não é mais do que um meio para a reprodução de seus meios necessários de subsistência. Para capitalista, a quem a natureza do valor de uso e o caráter do trabalho concreto utilizado é totalmente inutilizado é totalmente indiferente em si mesmo, o trabalho produtivo é puramente meio de obter dinheiro, de produzir mais-valia (*moyen de battre monnail, de produire la survalve*). (ANTUNES(ORG), 2004, p. 167)

A teoria marxiana indica que “a determinação do trabalho produtivo (e, por conseguinte, também a do improdutivo, como seu contrário) funda-se, pois, no fato de que a produção de mais-valia, e em que o trabalho empregado por aquela é trabalho produtor de mais-valia”. (ANTUNES, 2004, p. 171). Aquilo que nos constitui como seres humanos, que está no centro de nossa ontologia social é o trabalho, o qual funda a vida humana, sendo ponto de partida do processo de humanização.

Somente o trabalho tem na sua natureza ontológica um caráter claramente transitório. Ele é em sua natureza uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto com a natureza inorgânica (...),

¹ Para Marx a separação da mercadoria produzida pelo trabalhador dele mesmo esconde o caráter social do trabalho. O fetichismo se dá quando a relação entre os valores aparece como algo natural, independente dos homens que os criaram. A criatura se desgarra do criador. O fetichismo incapacita o homem de enxergar o que há por trás das relações sociais. E o maior exemplo de fetichismo da mercadoria é a mais-valia.

² Todo trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo assalariado é trabalhador produtivo. E produtivo na medida que se objetiva em mercadorias como unidade de valor de uso e de valor de troca. (ANTUNES, 2004, p. 159)

quanto como a orgânica, inter-relação (...) o que se caracteriza acima de tudo pela passagem do homem que trabalha, partindo do ser puramente biológico ao ser social. Todas as determinações que conforme veremos, estão presentes na essência do que é novo no ser social estão contidas *in nuce* no trabalho. O trabalho, portanto, pode ser visto como um fenômeno originário, como modelo, protoforma do ser social(...) (LUKÁCS, 1980, p. IV-V)

Marx apresenta a seguinte concepção de trabalho:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, e o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana. (MARX, 1998, p.50)

O trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza.

Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo braços e pernas, cabeças e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo, modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. (MARX, 1998, p. 211)

Pelo trabalho, o homem modificou toda a realidade natural que lhe era imediatamente dada e a transformou num domínio material próprio. Transformou a alteridade da natureza dada em uma alteridade mediada historicamente, transformou-a em natureza humanizada. No entanto, vale lembrar que o homem não produz apenas objetos. O homem também é capaz de uma produção em sentido mais amplo. Ele produz a religião, a família, o Estado, o direito, a moral, a ciência, a arte, o *movimento social* (*grifo meu*) etc. Estes são outros tantos “modos particulares” da produção humana (MARX, 1996, p. 145).

Ao produzir o seu mundo humanizado, o homem produz-se a si mesmo como homem. A transformação da natureza é acompanhada da simultânea transformação da natureza humana. O homem transforma a realidade objetiva ao mesmo tempo em que molda a sua subjetividade. O trabalho só é possível mediante a repetição de certos gestos. Estas repetições levam-no a adquirir a habilidade desenvolvida na primeira produção. Mas todo gesto é apenas o ponto de partida para um gesto mais bem sucedido. No entanto, ao produzir, o homem também se defronta com dificuldades, que busca solucionar. A procura

dessas soluções leva-o a refletir no plano teórico sobre a dimensão criativa de sua atividade.

O trabalho está na base do desenvolvimento intelectual do homem. Mas este desenvolvimento não se refere apenas aos conhecimentos diretamente ligados à produção material. Com a transformação da atividade produtiva e as modificações dos aspectos sociais desta atividade, sobretudo após o aparecimento da divisão social do trabalho, a atividade intelectual deixa de estar inteira e diretamente subordinada à atividade prático material, surgindo então outras diferentes formas de trabalho, o que entendemos como sendo não-material (SAVIANI, 2008): ciência, arte, religião, educação etc. Essas novas capacidades intelectuais do homem são acompanhadas por outras necessidades, inteiramente novas: a “curiosidade” científica, as aspirações estéticas e religiosas etc., e da necessidade de realizar essas aspirações (MARKUS, 1974, p.87).

O trabalho, portanto está também na base do desenvolvimento humano, e é a especificidade humana (SAVIANI, 2008). A educação possui um papel histórico e definido em meio a este processo, a tarefa de transformar homens e mulheres em humanos conscientes, em sujeitos vinculados a sua prática na busca por emancipação permanente. E, os Movimentos Sociais assumem a especificidade e a tarefa de atualizar esta consciência e fomentar a organização destes sujeitos (TRINDADE, 2009), mediante processos de conscientização, luta e organização de amplas coletividades, com identidades e consciência de classe.

Assim entendemos a Educação como aquela capaz de unificar e radicalizar os princípios que orientam a práxis educativa, pelo trabalho que faz homens e mulheres descobrirem-se sujeitos capazes de transformação, capazes de solidariedade, capazes de coletividade, capazes de amar e fundamentalmente capazes da ação revolucionária. Sendo dialética, pressupõem o diálogo como condição e construção de unidade múltipla, têm nos sujeitos a possibilidade de luta pela libertação das condições de opressão que sofrem e praticam num processo da práxis.

2. O processo de formação que realiza o Movimento dos Trabalhadores desempregados: a formação no ponto popular de trabalho

Talvez aqui não estejamos criando “algo novo”, e sim refletindo sobre a importância da recolocação desta tarefa histórica que tem a Educação libertadora, aliada ao Trabalho emancipado, no centro dos processos educativos que hoje o MTD realiza.

Nestas condições de retomada, Florestan propõe:

Retomar, hoje, a revolução nacional e a revolução democrática, combater, hoje, a descolonização prolongada, o desenvolvimento desigual, a dependência e o imperialismo significam ver claramente que o sistema educacional deve ser pensado e ativado, quantitativa e qualitativamente, em função das necessidades culturais das classes trabalhadoras. (...) esta é, segundo penso, a perspectiva da transformação revolucionária da educação e da sociedade (FERNANDES, 1989, p.18).

Neste sentido, entendemos que a relação trabalho-educação, na perspectiva dos trabalhadores, se define pelo modo qual os sujeitos se relacionam no ínterio de suas práticas, para além de puras técnicas esta relação é “relação com a realidade atual” e tem como princípio a “auto-organização dos sujeitos” (PISTRAK, 2000) em seus locais de atuação.

Foi no Ponto Popular de Trabalho que se iniciou a proposta de pensar a formação das trabalhadoras que trabalham nas frentes de trabalho. A partir da sua própria condição objetiva e histórica. Vivendo em determinadas condições sociais e históricas. E de fato, somente o materialismo histórico será capaz de nos trazer elementos para a reflexão teórica.

Toda a formação social necessita produzir e reproduzir as condições de sua existência. Qualquer forma de produzir e reproduzir de existência de uma determinada formação social implica um conjunto de processo de trabalho, cujo sistema constitui um o processo de produção de modo de produção considerado. (HANDFAS, s/d, p. 6)

Para Santos (2009), a existência é produtora de sua própria educação, assim podemos dizer que de certa forma, estes processos de inter-relacionamento entre sujeitos possui por si mesmo uma pedagogia da existência. O desafio está em transformar esta pedagogia individual em processos coletivos, esta consciência individual em consciência coletiva, portanto, transforma-se em pedagogia do sujeito coletivo um indicativo real para a solução da superação do desemprego que assola os indivíduos individualmente, chamamos a atenção de que este indicativo sobrepoem-se a

competitividade individual que pregam as políticas atuais de trabalho e de educação.

A construção do trabalho e da educação, na perspectiva dos trabalhadores, exige o que Frigotto (1989, p. 185) explicita:

[..] uma escola de qualidade que “alfabetize” de fato condiciona, grandemente, a possibilidade de se fazer da escola um espaço que reforça a amplia os interesses da classe trabalhadora.(...), portanto, demanda organização, disciplina, qualificação técnica e direção política, e necessita de intelectuais que reúnam, ao mesmo tempo a capacidade técnica e a opção política na direção dos interesses dos dominados.

Questões como estas são fundamentais para a reflexão destes próprios trabalhadores sobre sua educação. O “fazer-se” da classe trabalhadora desempregada, é lugar de partida, é o presente, e, é a, “ação sobre o presente que nos permite transformar a realidade” (CIAVATTA, 2009, p.17). O presente como sendo os trabalhadores em Movimento, e a luta pelo direito de reproduzir-se materialmente (o trabalho), que permite resgatar “o trabalho como princípio educativo” (FRIGOTTO, 1989), no contexto de negação deste direito. Assim entendemos e apostamos que a educação é a que permite que muitos trabalhadores, possam, usando suas próprias palavras: “erguer a cabeça”, “saber que temos direitos”, “que somos gente”, e que “resgate a possibilidade de sonhar”, “continuar” e “crescer” “trabalhando dignamente”.

Os indicativos levam a busca por uma educação que tenha em seu centro a formação humana consciente do mundo. Do ponto de vista teórico, trata-se de encontrar conteúdos capazes de construir este referencial. Do ponto de vista metodológico trata-se de buscar ações coletivas capazes de dar conta desta realidade vivida, ou seja, da experiência do Ponto Popular de Trabalho.

3 O Ponto Popular de Trabalho

“o presente é concebido como momento de um processo histórico não concluído, aberto, suscetível de ser potencializado em sua própria objetividade, as quais pertencem às práticas sociais com capacidade de imprimir direção aos processos sociais” (CIAVATTA, 2009, p. 17)

O Ponto Popular de Trabalho da cidade de Canoas é uma proposta do Movimento dos Trabalhadores Desempregados³, que se insere no campo das iniciativas públicas para enfrentar a exclusão do emprego e suas consequências, sejam aquelas resultantes da exclusão estrutural e histórica do capitalismo, sejam as decorrentes da intensificação da precarização das relações de trabalho, provocadas pelas políticas econômicas atuais.

A proposta do Ponto Popular de Trabalho busca conceber uma dimensão estrutural, econômica e social para os desempregados que dele fazer parte, na sua maioria mulheres, que se encontra em situação de desemprego permanente (Machado, 2009) e que historicamente viveram e vivem com bolsas de transferências de renda.

A dimensão econômica refere-se às condições objetivas de trabalho, pois desempregados estruturais necessitam diariamente criar as condições de reprodução da vida. Diante deste quadro faz-se necessário: subsídio econômico/bolsa mensal por família beneficiada, condicionada a participação no conjunto do projeto; infra-estrutura, para desenvolver as atividades produtivas e de qualificação, incluindo reformas e construções, que podem ser legalmente usadas, na forma de concessão de uso por parte dos governos; equipamentos e máquinas, conforme o projeto de cada grupo; e matérias-primas para o processo de qualificação e produção (MTD, 2009, documento não publicado).

A dimensão social trata das condições objetivas de trabalho, considerando que a grande parte dos grupos de produção, organizados em Canoas, são constituídos por mulheres, chefes de famílias. Faz-se necessário, de acordo com o MTD, criar condições para a emancipação do trabalho doméstico, ou seja, creches comunitárias para atender as crianças de 0 a 6 anos e as demais em horário contrário a escola; cozinhas comunitárias para a produção de refeições coletivas aos grupos de produção; cursos para a

³O MTD é um Movimento Social de classe, da classe oprimida. A base do Movimento traduz-se pela fome, miséria, exploração de trabalho infantil, subdesemprego histórico, violência doméstica, alcoolismo, drogas, portanto, este processo de desumanização. A primeira ação que demarca o início “oficial” o movimento foi um acampamento de lona preta em 2000, numa área destinada a General Motors, no município de Gravataí/RS, do qual participaram 200 famílias. Hoje, 2012, o Movimento está organizado em 17 cidades do Rio Grande do Sul, com a participação média de 1,2mil militantes. Com a bandeira teto, terra e trabalho.(MACHADO, 2009:54)

elevação da escolaridade; e atividades educativas para o acesso aos direitos cidadãos (MTD, 2009 , documento não publicado).

Esta última dimensão, segundo o Movimento, terá como estratégia o fomento à organização de empreendimentos a partir dos princípios da auto-organização, pois esta se apresenta como a forma de inserção produtiva com maiores perspectivas de sustentabilidade do trabalho, para trabalhadores em situação de vulnerabilidade social. (MTD, 2009, documento não publicado)

Vale destacar que, considerando-se o perfil das trabalhadoras⁴, beneficiadas, será necessária uma forte articulação por parte do Programa para que estas pessoas possam acessar outras políticas públicas, em especial aquelas voltadas à saúde, educação e habitação. É importante destacar que o Programa não pretende responder diretamente as demandas relacionadas a estes temas, mas como já dito, deve assumir papel articulador junto a outras políticas. (MACHADO, 2011)

As dimensões acima citadas, e a realidade do MTD em Canoas, demonstram a necessidade de elaboração de uma proposta de política que envolva trabalho, educação, saúde, habitação, saneamento entre outras.

Embora se saiba das dificuldades, a realidade reforça a necessidade de direção na formulação pelo Movimento dos Trabalhadores Desempregados, no que diz respeito à formação nos/dos Pontos Populares de Trabalho.

4 A Formação no/do Ponto Popular de Trabalho: a perspectiva de uma educação necessária

Ao nosso entender, através da pesquisa que estamos realizando⁵ são duas dimensões de trabalho concreto que enfrentará questões relativas “à exclusão social e produtiva”: a) a primeira delas viabiliza a criação de oportunidades de trabalho em caráter estrutural, ao mesmo tempo em que oportunizará a formação necessária para que os empreendimentos constituídos possam manter-se em atividade de forma sustentável; b) e, sobre o segundo aspecto, a formação necessária para a organização desta experiência de trabalho, parte-se da concepção de educação de adultosna compreensão de que a esta é a educação da classe trabalhadora (Rummert, 2008) e se realiza

⁴ Usaremos em feminino porque o Movimento é composto pela sua maioria mulheres.

⁵ Análises e resultados parciais.

com a classe trabalhadora (Freire, 1996), sendo fundamental a articulação da relação trabalho-educação.

É baseando-se nesta concepção que se propõem esta experiência de formação, construída de forma coletiva⁶, que intitulamos de educação necessária.

A educação necessária, parte do pressuposto que não se pode desenvolver uma formação: a) precária, porque esta levaria a precariedade em realizar trabalhos precarizados; b) educação científica tecnológica descontextualizada do processo sócio-histórico para desenvolver supostas competências mercadológicas.

Portanto, a perspectiva de uma educação necessária estaria baseando-se em pressupostos como: a) resultando de processos intencionais e sistematizados de construção de conhecimentos; b) não ocorrendo espontaneamente; c) demanda intervenção pedagógica dos educadores do movimento e suas lideranças; d) estas mulheres aprenderiam quando se relaciona com o conhecimento e aprender implica conhecer conteúdos e dominar a metodologia científica.

Neste sentido esta proposta de educação implica partir do processo de trabalho para definir os itinerários formativos – os grupos de produção – articulando disciplinarmente e interdisciplinarmente. Porque, entendemos que a realidade, os processos, só são conhecidos quando criados, reproduzidos no pensamento, adquirindo significado através da relação sujeito/objeto.

Em que, os sujeitos do MTD, neste caso, as mulheres são as protagonistas do seu próprio conhecimento e devem organizar e auto-organizar-se em múltiplas atividades. Assim, propõem três princípios pedagógicos derivados da educação necessária do/no Movimento:

- a) Conhecer a especificidades dos sujeitos e do objeto: os sujeitos e a dimensão da singularidade;
- b) A dinâmica da parte e do todo: a realidade e a dimensão da humanização pelo trabalho;
- c) Conhecer as relações existentes; superar a linearidade e desenvolver as capacidades de análise e síntese e a dimensão da humanização.

⁶Discutida e planejada no GT.

Portanto, a tarefa da pesquisa em andamento, implica em desvelar à lógica desta organização pedagógica, cuja, essência é transformar estas singularidades em coletividades, e de como esta educação pode, através do MTD fortalecer a organização social, a luta por direitos e por políticas públicas, na busca por conquistas.

Estas três dimensões articuladas ‘em sim’ e ‘para sim’ apresenta-se, sobretudo, como uma proposta de formação e educação que se origina da experiência do ponto popular de trabalho, e está baseada em uma concepção de ser humano, sociedade e educação.

Aqui a teoria marxiana e freireana ganha relevância, a medida que se apresenta como amparo teórico metodológico capaz de tratar dialeticamente das questões da particulares e universais ao mesmo tempo. No que refere-se a educação no seu sentido amplo e forte (PALUDO, 2012).

Nosso desafio como pesquisadora está centrada neste momento no aprofundamento da análise teórica do que estamos intitulando de educação necessária, portanto, de uma formação necessária para/com, dialeticamente, os desempregados do MTD, contribuindo assim, esperamos, para a defesa de uma educação da classe trabalhadora organizada na cidade.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. (Org.). **Dialética do trabalho:** escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CIAVATTA, M. **Mediações históricas de trabalho e educação:** gênese e disputas na formação dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Lamparina: FAPERJ: CNPq, 2009.
- FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade: e outros escritos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista.** São Paulo: Cortez; 1989.

FRIGOTTO, G. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação profissional Emancipadora. *Perspectiva*, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: [s.n], 1978.

MACHADO, R. C. F. **Os Demitidos da Vida:** Quem são os trabalhadores desempregados do MTD? Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação , Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

MARX, K. **O capital:** crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Vols.I e II.

_____. **O Capital:** crítica da economia política. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho.** São Paulo: Brasiliense, 2000.

RIBEIRO, M. Cidadania: interrogações ao conceito para a compreensão dos movimentos sociais. In: JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR, 7, 2000, Porto Alegre. **Movimentos Sociais e Estado:** Limites e possibilidades. Caderno de Debates Nº 2. Porto Alegre: CAMP, 2001.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento político à consciência universal. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

TRINDADE, G. C. O popular e a educação na teoria social. In: FIORENZE, C; MARCON, T. **O Popular e a Educação.** Ijuí: UNIJUÍ, 2009, p. 13-37.